



FRENTE PARLAMENTAR DA
AGROPECUÁRIA

PROPOSTAS ANTI-INVASÃO

PROPOSTAS – CCJC/CAMARA DOS DEPUTADOS

CD – CCJC

CD PL 3768/2021 – Amplia a participação dos municípios nos processos de regularização fundiária, garantindo a regularização e a concessão futura dos devidos títulos aos agricultores familiares que ocupam e trabalham a terra nos assentamentos.

- Situação/Comissão: Pronta para a pauta na CCJC
- Relator: Pedro Lupion (PP-PR)

CD PL 8262/2017 – Simplifica o procedimento de manutenção e restituição da posse, e atualiza os dispositivos do código penal referentes ao esbulho possessório (ainda cria o esbulho possessório coletivo).

- Situação/Comissão: Pronta para a pauta na CCJC
- Relator: Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)

CD PL 149/2003 – Tipifica invasão de terra como terrorismo, elevando as penas para os referidos atos.

- Situação/Comissão: Aguardando Parecer do Relator na CCJC
- Relator: Arthur Oliveira Maia (UNIÃO-BA)

CD PL 1198/2023 - Eleva a pena de detenção (4 a 8 anos, e multa) para o crime de esbulho possessório.

- Situação/Comissão: Pronta para a pauta na CCJC
- Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

PROPOSTAS – CCJC/CAMARA DOS DEPUTADOS

CD - CCJC

CD PL 4183/2023 – Obriga movimentos sociais a possuir CNPJ, garantindo a responsabilização por atos ilegais

- Situação/Comissão: Pronta para a pauta na CCJC
- Relator: Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)

CD PL 709/2023 - Impede indivíduos que cometam invasão de propriedade (pública ou privada) de tomar posse em cargo ou função pública

- Situação/Comissão: Pronta para a pauta na CCJC
- Relator: Ricardo Salles (PL-SP)

CD PL 5028/2023 – Estabelece que qualquer limitação ao direito de uso, gozo ou fruição do imóvel somente ocorra após o pagamento da devida indenização.

- Situação/Comissão: Aguardando a designação de relator na CCJC
- Relator: Sem relatoria

CD PL 4397/2023 – A proposta define o crime de esbulho possessório, aplicando as penas previstas para os crimes de terrorismo, e sendo processado como ação penal pública incondicionada.

- Situação/Comissão: Aguardando a designação de relator na CCJC
- Relator: Sem relatoria

PROPOSTAS – CAPADR/CAMARA DOS DEPUTADOS

CD – CAPADR

CD PL 1373/2023 – Impede indivíduos que cometam invasão de propriedade (pública ou privada) de serem beneficiários do Programa de Reforma Agrária, da regularização fundiária, de acesso a linhas de crédito com subvenções estatal, bem como, de benefícios e programas sociais.

- Situação/Comissão: Pronta para Pauta na CAPADR
- Relator: Ana Paula Leão (PP/MG)

CD PL 4387/2023 - Impede indivíduos que cometam invasão de propriedade (pública ou privada) de serem beneficiários ou fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

- Situação/Comissão: Pronta para Pauta na CAPADR
- Relator: Ana Paula Leão (PP/MG)

CD PL 2587/2023 – Isenta as propriedades rurais objeto de invasão do crime de esbulho possessório.

- Situação/Comissão: Pronta para Pauta na CAPADR
- Relator: Pedro Lupion (PP-PR)

CD PL 3763/2023 - Cria as delegacias especializadas em conflitos agrários

- Situação/Comissão: Pronta para Pauta na CAPADR
- Relator: Vicentinho Júnior (PP-TO)

PROPOSTAS – CMADS/CAMARA DOS DEPUTADOS

CD – CMADS

CD PL 4585/2023 – Estabelece critérios claros e procedimentos específicos para a desapropriação de terras, garantindo previsibilidade e segurança jurídica para os proprietários.

Situação/Comissão: Aguardando a designação de relator na CMADS

Relator: Sem relatoria

APPs

RLs

PROPOSTAS – SENADO FEDERAL

SENADO

SF PL 2250/2021 - Caracteriza a invasão de terras como ato de terrorismo.

- Situação/Comissão: Matéria com a relatoria (Comissão de Defesa da Democracia)
- Relator: Senadora Teresa Leitão

SF PL 2009/2023 – Garante ao titular da propriedade privada invadida ou esbulhada (e ao detentor da posse direta) requisitar auxílio policial para fazer cessar a turbação ou reintegrar o imóvel invadido.

- Situação/Comissão: Matéria com a relatoria (Comissão de Segurança Pública)
- Relator: Senadora Eliziane Gama

SF PL 2869/2023 - Eleva as penas de esbulho possessório, bem como, estabelece agravante quando os crimes se derem em áreas rurais.

- Situação/Comissão: Aguardando designação de relator (CCJ)
- Relator: Sem relatoria

PL 510/2021 – Altera o processo de regularização fundiária, garantindo clareza, transparência e objetividade aos procedimentos.

- Situação/Comissão: Matéria com a relatoria (CRA e CMA)
- Relatores: Senador Marcos Rogério (CRA) e Senadora Eliziane Gama (CMA)